

# Cooperação deve espelhar realidade

N 5  
/ 2  
- 86

— Joaquim Carvalho no início das conversações

O Ministro do Comércio Externo, Joaquim Carvalho, disse terça-feira, em Maputo, que o desenvolvimento do nosso País vem fazendo face a obstáculos causados pela política de desestabilização do regime do «apartheid» da África do Sul, frisando que «será neste contexto que nós queremos elaborar o nosso programa indicativo» de cooperação com a Comunidade Económica Europeia.

O Ministro do Comércio Externo falava no início de conversações entre o Governo moçambicano e uma missão de programação da CEE, para estabelecer as acções a desencadear neste domínio, durante os próximos cinco anos, nos termos da 3.ª Convenção de Lomé, subscrita pelo nosso País no ano passado.

— A vossa visita contribui para o reforço da compreensão mútua e dará um novo impulso das nossas relações frutuosas — disse Joaquim Carvalho.

Destacou que as relações bilaterais Moçambique-CEE, que se desenvolvem a seguir à nossa independência, a partir de 1978, irão agora reforçar-se com a assinatura, pelo nosso País, da Convenção de Lomé III.

Denunciou a desestabilização da economia do nosso País e de outros Estados da região pelo regime sul-africano, através do uso dos bandidos armados para a destruição das infra-estruturas económicas, observando que deverá ter-se em conta essa realidade na definição do programa indicativo.

O referido programa conta com um pacote de aproximadamente 134 milhões de dólares para a sua aplicação, atribuídos ao nosso País no âmbito da Lomé-III.

Ainda na sua alocução, o Ministro do Comércio Externo saudou a presença na delegação da CEE de um representante do Banco Europeu de Investimentos que, segundo os critérios da cooperação com este organismo, é responsável pela gestão de parte de capitais de risco do bolo de aproximadamente 134 milhões de dólares.

Por seu turno, o Director-Geral para o Desenvolvimento da Comissão da CEE, Dieter Frisch, destacou a importância que a sua organização atribui à visita da missão que chefia, por ser a primeira após a assinatura pelo nos-

so País da 3.ª Convenção de Lomé.

Explicou essa importância, aludindo ao facto de a cooperação que a CEE desenvolveu com o nosso País, principalmente a ajuda alimentar de emergência, se ter desenvolvido numa base «ad-hoc», enaltecendo a oportunidade que as presentes conversações representam, para a estruturação da mesma, de acordo com os critérios definidos pela Lomé-III.

— Estamos conscientes sobre os problemas particulares do vosso País e vamos adoptar uma posição flexível e adaptável para a concretização do programa indicativo — disse.

Ele referia-se aos problemas que o nosso País enfrenta no seu desenvolvimento económico, na sua maioria, ocasionados pela desestabilização de que Moçambique tem sido vítima.

Referiu também que haverá uma maior exigência quanto à materialização dos programas das chamadas áreas de concentração. Os programas destas áreas terão em conta as prioridades que o Governo moçambicano irá apresentar no decurso das actuais conversações.

Disse que a CEE está empenhada na procura de soluções pacíficas para os problemas que atormentam a região da África Austral, apontando a Assembleia Paritária dos Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e da Comunidade Económica Europeia, realizada na semana transacta na Suazilândia, assim como a reunião que decorre em Lusaka entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da Linha da Frente e da CEE, para debater a situação na África Austral.

Disse igualmente que, na conferência anual da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) realizada a semana passada em Harare, Zimbábue, a CEE manifestou igualmente uma posição voluntária de ajudar os países da África Austral no seu empenho pelo desenvolvimento económico.



Aspecto de uma sessão de conversações entre delegações de Moçambique e da Comunidade Económica Europeia, que decorrem deste ontem em Maputo